

# A EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES COM O TRABALHO NA LÓGICA DO CAPITAL

Marli da Silva<sup>1</sup>

Jorge Luiz da Cunha<sup>2</sup>

*ABSTRACT: This present text is intended to build a reflective dialogue about themes related to Education and Work. Throughout the text are analyzed questions as: what justifies the social inequality; which the place of belonging of the worker in the current economy; which is the role of education in society; how to configure the idea of competence and quality in the educational context and in the questions of work; which the logic of the current capital. The text is organized into three subtitles, namely: 1 - The Work and the relationship with the processes of formation of the Capital 2 – The Education and qualification paths of Work and Productivity 3 - The Human Capital and the speech built in educational scenario through the 'skills and competencies'.*

*KEYWORDS: Education, Work, Capital, Competencies.*

## 1. BREVES CONSIDERAÇÕES

A sociedade contemporânea, tanto no que diz respeito às questões locais e/ou globais, caracteriza-se por um abismo de desigualdades sociais, onde o planeta sofre com inúmeros (des) comprometimentos no âmbito da economia, do meio ambiente, da educação, da saúde, entre outros, tudo isso, por conta de interesses e do mau uso do poder, dos detentores do Capital, que compõem uma minoria de indivíduos e/ou de corporações.

Neste sentido, algumas perguntas e análises são trazidas para o presente texto, como: o que justifica as desigualdades sociais, qual o lugar de pertencimento do trabalhador na economia vigente, o que é e qual o papel da educação na sociedade, como se configura a ideia de competência e qualidade no contexto educacional e nas questões do trabalho, a quem o Estado representa, o que exatamente podemos entender pela lógica do Capital vigente?

Tais indagações não possuem a pretensão de encerrar e/ou dar respostas definitivas, estabelecendo uma única verdade, mas possibilitar caminhos de diálogo com o leitor, no que tange as questões às quais nos são

---

<sup>1</sup> Graduada em Filosofia/UFSM; Mestranda em Educação/UFSM; Pesquisadora do grupo de Pesquisa Povo de Clio/CNPq; e-mail: [71.ms.marli@gmail.com](mailto:71.ms.marli@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Educação/UFSM; Coordenador do grupo de Pesquisa Povo de Clio/CNPq.; e-mail: [jlcunha11@yahoo.com.br](mailto:jlcunha11@yahoo.com.br)

caras, e que vem contribuindo em nossas pesquisas nas aulas de Seminário I de Práticas Escolares e Políticas Públicas, no curso de Pós-Graduação em Educação.

## **2. O TRABALHO E AS RELAÇÕES COM OS PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL**

O capitalismo nas últimas décadas do século XX vivenciou novamente os problemas presentes no período entre guerras, a saber: pobreza, desemprego em massa e os disparates dos excessos de desperdícios e da miséria. O modelo de intervenção estatal e de regulação, que marcou um período de mais ou menos trinta anos de crescimento contínuo, tornou-se insustentável, não mais se adequando a lógica de acumulação, que funcionava sob volatilidade da valorização do capital econômico.

Os processos de acumulação e concentração nortearam a expansão do capital, o qual conduziu a uma pressão pela liberalização dos mercados financeiros, pela (des)regulamentação dos mercados de capitais, resultando numa (re)conjuntura com transformações intensas nas empresas, nos Estados, no mercado econômico, na sociedade e também, no mundo do trabalho. Transformações que denotam a fragilidade do capitalismo, e a necessidade de (re)definições, diante das contradições evidenciadas do crescimento da estrutura orgânica capitalista.

Na década de 70, a crise do capitalismo é deflagrada mediante as crises do petróleo (1973 e 1979), o retorno da inflação e as crises dos Estados centrais. No entanto, assim como apontam Mészáros (2004) e Santos (2004), estes problemas não apontam apenas para mais uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas trata-se de uma crise estrutural de cunho profundo, do próprio sistema do capital, que se radica no seu próprio movimento de auto valorização, pois:

Através da tentativa contínua de subordinação do trabalho, o modo de produção capitalista, com objetivo de assegurar a continuidade do processo de acumulação, prescinde as “restrições racionais”, que apesar de contrariarem a sua “lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional” haviam permitido a reconstrução econômica após a Segunda Guerra Mundial. Resumidamente, as determinações que levaram ao

colapso do keynesianismo têm sua gênese na essência “irreformável”, “incorrigível” e “incontrolável” do capitalismo. (MÉSZAROS, 2004 e 2005)

Na perspectiva de Santos (2004), vivemos um “período que é uma crise”. No entanto, o que o diferencia das crises ‘comuns’ na história do capitalismo até recentemente, é o fato de que:

(...) os dados motores e os respectivos suportes, que constituem fatores de mudança, não se instalam gradativamente como antes, nem tampouco são o privilégio de alguns continentes e países, como outrora. Tais fatores dão-se concomitantemente e se realizam com muita força por toda parte. (Ibid., p. 34)

O processo de globalização do capital decorre de um conjunto de ações que proporcionam a emergência de um mercado dito global em que o dinheiro, o consumo, o conhecimento encontram-se hipoteticamente subjugado à humanidade e possibilitando um mundo mais homogêneo.

As consequências da globalização, embora sejam impactadas mediata e/ou imediatamente por todos os lados, estão longe de possibilitar uma equidade dos conhecimentos e bens (re)criados socialmente. Ao contrário das ditas benesses da globalização econômica, o que vemos é uma ‘demonstração’ de poder do capital contra o mundo do trabalho expressa nas ideologias e práticas neoliberais, que apesar de defenderem o não intervencionismo do Estado na economia, tentam na verdade “*a manutenção do fundo público como pressuposto apenas do capital*” (OLIVEIRA, 1988, P. 25 APUD neves, 2008, P. 97). Segundo Frigotto:

Os anos de Ouro do Capitalismo, paradoxalmente, se deram, pela capacidade, de enquadrar, conter e disciplinar a lógica destrutiva do mercado auto-regulado e do capital mediante a construção de uma esfera pública capitalista. A globalização dos mercados, de forma assimétrica, e do capital especulativo financeiro que instauram uma verdadeira desordem mundial, é o epílogo de um processo de resistência do capital à sua regulamentação. Já nos anos 40 e 50 o capital burla as fronteiras do Estado-Nação mediante a instalação das multinacionais. Trata-se de empresas filiais das matrizes dos centros hegemônicos do capital que se ramificam no mundo buscando mercados onde a exploração da força-de-trabalho e da própria matéria prima lhes são vantajosas, em seguida, anos 60/80, aprofunda-se a liberdade do capital mediante as transnacionais. Trata-se de empresas que transitam acima do controle efetivo das nações e criam seu próprio espaço de poder. A globalização ou mundialização do capital financeiro e especulativo completa o circuito da perda do poder de as sociedades nacionais controlarem o poder anárquico do capital. (FRIGOTTO, 1999)

Com a crise do modelo de regulação fordista-keynesiano, o capitalismo mundial é (re)configurado. A universalização do capital realiza-se por meio de dois processos inseparáveis, a saber: o primeiro diz respeito às (re)configurações das condições materiais como: a comunicação, a produção e os transportes, que possibilitam a acumulação flexível e a consolidação da unificação da economia; o segundo diz respeito às mudanças nas relações de poder entre nações e classes sociais, que mudam as relações entre capital – trabalho - Estado, consolidando uma política submetida aos interesses do capital econômico.

Como alternativa teórica, econômica, ideológica, ética-política e educadora (FRIGOTTO, 1997), o neoliberalismo constitui um discurso congruente com a etapa capitalista iniciada na década de 70, sendo que justifica e defende as práticas propícias a esse momento. Trata-se de uma política econômica cujo intuito é impor o pleno controle do capital sobre o trabalho. No entanto, esse objetivo é ideologicamente dissimulado pelo discurso do livre mercado e pelas teorias individualistas que tem por finalidade demonstrar que a crise estrutural do capitalismo é transitória.

A ampla blindagem de segurança construída nas nações do capitalismo que assegurava - empregos, condições de habitação, políticas públicas, saúde, direitos trabalhistas - consideradas fundamentais para o mercado, perdem lugar para um novo tipo de sociabilidade, onde a correlação das forças sociais é claramente favorável ao capital. Os países do capital menos consolidado, trocam os projetos nacionais direcionados para a garantia dos direitos, assumindo a bandeira do neoliberalismo, pela adoção das orientações do Conselho de Washington, a partir da década de 90, inserindo-se na economia mundial de forma submissa aos interesses do capitalismo. O exemplo que podemos citar dessa nova configuração é o Brasil, ou alguém tem dúvidas disso?

A nova divisão internacional do trabalho se caracteriza pela possibilidade de transferência de parte do processo de produção para outros países. De acordo com a lógica da competitividade e das oportunidades, os custos da mão-de-obra e produção, salários baixos, a submissão dos governos (isenção de impostos, doação de áreas para instalação, privilégios) e

indivíduos - aspectos que são pautados pelas correlações de força específicas de cada sociedade - as empresas detentoras de maior capital buscam nos países pobres os empregos manuais e mal-remunerados, enquanto as funções de gerência e planejamento, que lidam diretamente com pesquisa e produção de tecnologia, permanecem assegurados aos países detentores do capital investido.

Os interesses das medidas neoliberais, cujos pressupostos consistem na (re)configuração do papel do Estado, abertura da economia e na flexibilização da mão-de-obra, produz contradições entre as classes que obrigam o capital a redefinir suas estratégias hegemônicas. Inserindo-se na globalização do capital, o neoliberalismo explicita manifestações privadas e/ou públicas nos países conforme as suas metas.

A complexificação dos postos de trabalho, o aumento do grau de qualificação profissional para contratação, a mão-de-obra barata, o desemprego, a diminuição de trabalhadores na indústria passam a ser características comuns nos Estados.

Diante dos processos de flexibilização e (des)regulamentação, o pacto firmado entre trabalho/capital legitimado e efetivado pelas lutas da classe trabalhadora, é anulado, permitindo que o capital subjugu o trabalho sem qualquer acordo com os trabalhadores. Quando encontra resistência dos trabalhadores ou qualquer restrição que possa aumentar os custos da produção e diminuir os lucros, as empresas transferem a produção para outras locais, onde a classe trabalhadora possa sujeitar-se a salários mais baixos, direitos reduzidos e maior acúmulo de trabalho:

A forma que assume a globalização neste fim-de-século tem uma especificidade que é, em sua essência, o desbloqueio dos limites sociais impostos ao capital pelas políticas do Estado de bem-estar social. É, também, nesse sentido, uma revanche contra as conquistas sociais da classe trabalhadora. O ideário da globalização, em sua aparente neutralidade, cumpre um papel ideológico de encobrir os processos de dominação e de desregulamentação do capital, e como consequência, a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social. (FRIGOTTO, 1999)

Em face das mutações sociais, uma suposta mudança pragmática atribuído ao conhecimento uma nova importância nas relações sociais. Em meio à (re)configurações dos meios de produção e interesses do capital, e a redução

do emprego decorrente da adoção de sistemas flexíveis e automatizados, incorporam-se ao senso comum ideologias que visam convencer as populações pobres da inexistência de qualquer alternativa e da necessidade de adaptação às constantes transformações e incertezas do presente:

Um possível projeto de futuro não teria relação nenhuma com um projeto de nação ou de sociedade- categorias consideradas obsoletas em face da globalização e do neoliberalismo-, mas seria fundamentalmente, um projeto individual. (RAMOS, 2004, p. 2)

Dessa forma, procura-se - naturalizar o desemprego, a exclusão, a desigualdade social - através da negação das crises e contradições do capitalismo. O novo discurso passa a ser a suposta valorização da mão-de-obra, a promoção da alteridade, a valorização do intelecto, mas que tem como pressuposto a idéia de que existem empregos, porém a incompetência e a ineficiência dos indivíduos em se tornarem empregáveis, é que promove o desemprego e a necessidade do indivíduo se submeter a empregos precários.

Com isto, supõe-se que o problema do desemprego seria solucionado pela elevação da escolaridade e pelo desenvolvimento completo dos mecanismos de mercado, mas lembro aqui, quantos universitários estão desempregados e/ou deslocados da sua área profissional no nosso país?

Trata-se de um discurso perverso, que busca simultaneamente, formatar os trabalhadores e o senso comum às novas configurações de produção e estabelecer a homogeneidade para a manutenção da estrutura social vigente. Discurso este, que é naturalizado por muitos de nós, no meio acadêmico.

O movimento mecanicista/linear entre a demanda por atualizações tecnológicas flexíveis e a busca por qualificação, são os pilares do discurso burguês, pilares estes que são encontrados nos documentos das Políticas Públicas, como a OCN, o PCN, entre outros. Mas, caem por terra quando examinamos de forma ética, os argumentos que justificam a acumulação flexível e a formação de cidadãos autônomos, sociáveis, com altas habilidades técnico-profissionais, ou seja, cidadãos com perfil de super homem e/ou mulher maravilha. Como se dá o pressuposto da existência de uma correlação, entre o aumento das instituições educacionais e o projeto burguês de 'qualidade total'?

### 3. A EDUCAÇÃO E OS CAMINHOS DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO E DA PRODUTIVIDADE

As empresas vêm promovendo mudanças radicais, para se adaptar as estratégias de produtividade e competitividade do mercado, incorporando assim, os padrões tecnológicos e científicos produzidos. Os novos conhecimentos tecnológicos promovem, uma (re)configuração do perfil de qualificação de quem vende a força de trabalho, para que os mesmos possam trilhar e preencher os requisitos profissionais de cargos de destaque nos meios de produção.

Esta ideia é fruto do discurso neoliberal e sua reestruturação produtiva altera as práticas e concepções educacionais que tem servido e/ou pelo menos direcionado seus currículos para a qualificação profissional, no intuito de formar trabalhadores, como já foi dito anteriormente: verdadeiros super homem e/ou mulher maravilha. Quais são as características exigidas pelo discurso neoliberal para os novos trabalhadores?

Para atender, a demanda do neoliberalismo, os trabalhadores devem ser formatados para que tenham características - de flexibilidade, de altivez, participativo, polivalente, empreendedor, cidadão -, ou seja, o profissional da atualidade deve exercer múltiplas tarefas em sistemas amplamente integrados e flexíveis. Combinando a capacidade de analisar os problemas, os imprevistos e com isso, produzir soluções criativas e imediatas, com a intenção de diminuir custos para os detentores do capital. Nas palavras de Antunes (2000), este trabalhador torna-se “um déspota de si próprio”:

Ele é instigado a se auto-recriminar e se punir, se a sua produção não atingir a “qualidade total” (essa faácia mistificadora do capital). [...] Tal como a lógica deste ideário é concebida, as resistências, as rebeldias, as recusas, são completamente repudiadas, como atitudes contrárias “ao bom desempenho da empresa”. [...] caracterizo este procedimento como o de um envolvimento manipulado. Trata-se de um momento efetivo de estranhamento do trabalho ou, se preferirem da alienação do trabalho que é, entretanto, levada ao limite, interiorizada na “alma do trabalhador”, onde este só deve pensar na produtividade, na competitividade, como melhorar a produção da empresa, da “sua outra família”. (Ibid, p. 102)

Por traz do discurso da valorização do trabalhador, da autonomia, da capacidade reflexiva, está à intenção de ‘desumanização do trabalho’ e do próprio trabalhador, cada vez mais substituível e descartável, logo que haja o

aumento do desemprego e do contingente de mão-de-obra. A competitividade pelos empregos torna-se cada vez mais presente e funciona como meio de coerção da classe trabalhadora e/ou de quem produz.

O crescente envolvimento dos trabalhadores no novo perfil das atividades múltiplas permite ao capital apropriar-se do conhecimento e do pensamento, produzidos durante as atividades de trabalho. Isto nos remete aos discursos acadêmicos, que se utilizam do chavão 'vamos socializar, temos que fazer parcerias', por traz desses discursos, muitas vezes, esconde-se a intencionalidade de se apropriar das (re)criações dos alunos e com uma vantagem: não precisam pagar a mão-de-obra e/ou pagam pouco para quem faz e quem executa os projetos acadêmicos, pois a recompensa estaria na participação dos alunos nos projetos, nos estágios (estão aprendendo). Mas qual é a novidade em relação ao taylorismo-fordista nessa configuração de trabalhador?

A integração entre executar e conceber conduz para que o próprio trabalhador desenvolva ferramentas de otimização do espaço/tempo, ou seja, otimização do espaço, da força produtiva, da matéria-prima, que a hierarquia rígida e a fragmentação da fase taylorista-fordista não possibilitaria.

O capital deixa, durante um período da semana (em geral uma ou duas horas), os trabalhadores aparentemente "sem trabalhar", discutindo nos "Círculos de Controle de Qualidade". Porque são nestes momentos que as idéias de quem realiza a produção florescem- indo além dos padrões dados pela Gerência Científica- e o capital toyotizado sabe se apropriar intensamente dessa dimensão intelectual do trabalho que emerge no chão da fábrica e que o taylorismo/fordismo desprezava. (ANTUNES, 2000, 103)

A diminuição das estruturas hierárquicas da produção e a redução dos cargos de chefia são os resultados das novas configurações estratégicas, que o capital encontra para administrar o trabalho, substituindo o controle direto por "*regras de cooptação (metas de produção) e de controle indireto (fiscalização da qualidade total, zero defeito, células de produção e ISSO.*". (POCHMANN, 2001, P. 46)

As atividades voltadas à desverticalização da produção, e ao envolvimento dos que produzem com as metas das empresas conduzem-se para a motivação pessoal, e para a auto realização imbricadas à responsabilidade social de indivíduos/grupos por sua condição.

Sendo assim, as estratégias de envolvimento têm como intuito criar a ilusão, de que há uma relação mecânica entre escolhas - ações individuais, e que estas implicam diretamente na situação individual e coletiva, camuflando a estrutura de diferenciação capitalista e exploração capitalista.

Em uma perspectiva mais ampla, podemos afirmar que os conceitos e noções relacionados aos processos de qualificação profissional, de produção, de organização do trabalho compreendem basicamente entre os elementos do capital social e do capital humano.

A sintonia entre eficiência, produtividade, escolarização, riqueza e desenvolvimento são os pressupostos da ideologia do capital, do neoliberalismo e do padrão de acumulação flexível, assim como faz parte do discurso ideológico de grande parte das instituições educacionais. Mas, o que inviabiliza a ideologia do capital humano no cenário educacional?

#### **4. O CAPITAL HUMANO, E O DISCURSO CONSTRUÍDO NO CENÁRIO EDUCACIONAL ATRAVÉS DAS 'HABILIDADES E COMPETÊNCIAS'**

Com relação a permanência do capital humano como ideologia dominante no cenário educacional, podemos dizer que a mudança de percepção em torno das sequelas e dos problemas produzidos pelo processo econômico, é um forte indicativo da inviabilização dessa ideologia no cenário escolar.

Lembramos que as soluções, para as desigualdades sociais e econômicas inerentes ao capitalismo, na produção assalariada, eram de responsabilidade do Estado. No entanto, a partir da regressão neoliberal, a desigualdade, o desemprego, a pobreza, passam a ser percebidos como sendo consequências da incapacidade e incompetência individual e/ou como algo naturalizado e que os indivíduos devem se conformar.

Portanto, torna-se necessário nesta perspectiva, um discurso que tenha o indivíduo como categoria central, distanciando-se da dependência criada pelo Estado de Bem - Estar e afirmando o modelo de Estado neoliberal. Sendo assim, os indivíduos assumem a responsabilidade por suas escolhas e pelo seu futuro. Nessa perspectiva de discurso, entra em cena o conceito de 'livre arbítrio', conceito este que é aplicado de forma deturpada e perversa para o

senso comum, e que encontra legitimidade nos documentos das Políticas Públicas Nacionais.

Seguindo a lógica dos detentores do Capital, agrega-se ao capital humano, componentes do capital social, aplicado para designar o desenvolvimento do espírito empreendedor, assim como desenvolver a capacidade das pessoas em administrar os riscos e as incertezas do presente pautado na auto confiança, pois:

(...) desenvolvimento do 'capital social' de diferentes grupos seria capaz de reverter a situação de pobreza das comunidades e gerar atitudes não-passivas diante do aparelho do Estado. Trata-se de uma concepção cunhada no modelo de estado neoliberal e que tem por objetivo educar as frações da classe trabalhadora para uma nova realidade em que as políticas sociais universais não responderiam positivamente às necessidades e capacidade das pessoas. (LIMA & MARTINS, p. 71)

A articulação entre capital humano e capital social, tem por intuito à difusão de comportamentos e hábitos, que tornem os indivíduos aptos a novas aprendizagens continuamente, tendo como pilar o desenvolvimento de características psicossociais que direcionem na participação submissa e na adequação dos interesses do capital. Na retórica da suposta defesa da valorização e da emancipação do trabalhador esconde-se, um movimento de ausência de responsabilidade do coletivo, em nome da exaltação do individualismo como valor moral extremo.

Neste sentido, surgem os jargões que condicionam o estabelecimento de novas exigências do 'estereótipo humano', demandado pelo mercado de trabalho no capitalismo. A 'pedagogia das competências', somado ainda ao conceito de empregabilidade constituem os conceitos chaves do ideário que norteia a organização dos sistemas educacionais, a formação profissional e a organização dos postos de trabalho na atualidade. Quem ainda não ouviu o jargão 'competências e habilidades' no cenário acadêmico?

(...) a noção de competência disputa espaço com o conceito de qualificação nos processos de organização das relações educacionais e produtivas, representando "uma nova mediação" ou "uma mediação renovada pela acumulação reflexiva do capital." (RAMOS, 2006, p. 24)

Na perspectiva do conceito de competência, há um amplo debate em torno, tanto como norteadora das relações educacionais, como também das

relações de trabalho. Uma das definições usadas fixa a competência como *“conjunto de conhecimentos, qualidades, capacidades e aptidões que habilitam o sujeito para a discussão, a consulta, a decisão de tudo que concerne a um ofício.”* (RAMOS, 2006a)

Os elementos estruturantes do trabalho passam pelas aquisições sociais e cognitivas, habilidades, valores e traços de personalidade dos indivíduos adquiridas a partir dos processos educacionais formais e das suas experiências anteriores (empregos/estágios), desconectando, até certo medida, a evolução e as trajetórias profissionais de qualificação dos diplomas escolares.

No campo educacional, a noção de competências produz um deslocamento *“do ensino centrado em saberes disciplinares para um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações e tarefas específicas e que visa a essa produção, que caracteriza a “pedagogia das competências.”* (RAMOS, 2006a, p.185). As reformas dos sistemas educativos, no intuito de promover a integração entre a formação e emprego oportunizam materialidade ao deslocamento conceitual. Realizando ações concretas norteadas pela noção, ou seja, os sujeitos sociais institucionalizam a pedagogia das competências.

Na perspectiva de RAMOS (2006), um sistema de competência profissional é composto por três subsistemas, a saber: formação por competências e avaliação; certificação por competências e normalização das competências, que consistem num conjunto de normas válidos em diferentes ambientes produtivos, que servem de referencial para avaliar as capacidades dos trabalhadores e orientar a organização dos programas de formação.

Assim como, a ‘pedagogia das competências’, o conceito de empregabilidade faz parte da ideologia que justifica e legitima a (des)responsabilização do capital e do Estado pela desvalorização e precarização dos cargos de trabalho, transferindo para os indivíduos a responsabilidade de empreender estratégias eficientes e criativas para manter suas competências atualizadas, assegurando sua própria inserção e permanência no mercado de trabalho. Mas, como podemos definir a empregabilidade?

Nas palavras de OLIVEIRA (2006), no sentido mais simples a ‘empregabilidade’ pode ser entendida como sendo a capacidade de o indivíduo

manter-se ou voltar ao mercado de trabalho, onde o mesmo tenha constituído capacidades de competir com os demais uma vaga de emprego.

No discurso da globalização, as mudanças no mundo do trabalho e as exigências em torno da qualificação da mão-de-obra são unidas e uniformizadas, dando sentido a uma ilusória centralidade da educação. Neste sentido, a educação é pensada como resolução para o problema do desemprego, sem levar em conta a complexidade da atual divisão do trabalho.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No que dissemos até agora, podemos afirmar que os novos conceitos que norteiam as relações produtivas e educativas, mascaram o discurso do capital sobre a realidade de desvalorização do trabalho em função do aumento das taxas de lucro, através de uma aparente autonomia e participação.

Entretanto, a participação e a autonomia, podem ser vistas não apenas em relação à capacidade de decisão dentro do processo produtivo, por um segundo ângulo, *“a autonomia é vista como uma condição que permite ao indivíduo mudar de emprego numa mesma empresa ou de uma empresa para outra ou mesmo de um setor de atividades para outro.”* (RAMOS, 2006, p. 205).

Na lógica da empregabilidade e da pedagogia das competências, a participação e autonomia são características fundamentais ao trabalhador, para que ele possa adequar-se as necessidades da empresa e a futuras mudanças tecnológicas, dentro do contexto da estrutura capitalista.

Além de reordenar a educação e o emprego, estas noções constituem-se em ‘estratégias para domesticar o senso comum’, adotadas na fase atual do capitalismo para conciliar os interesses da burguesia e da classe trabalhadora. Elas (re)configuram o papel da educação e também, atuam não apenas exigindo uma forma de ação e de conduta nos espaços dos processos produtivos, mas na própria vida das pessoas.

Em função do aumento do contingente de trabalhadores desempregados e excluídos, as empresas aumentam os critérios de seleção para a contratação, mesmo para o desempenho de atividades simples e rotineiras que não exigem maiores qualificações. Podemos citar como exemplo os acadêmicos, por estarem desempregados, acabam assumindo postos de

trabalhos, que não exigem o grau de formação que possuem, resultando em mão-de-obra barata.

As inquietações são muitas, mas finalizo o diálogo, trazendo a lembrança de que o - Seminário I de Práticas Escolares e Políticas Públicas – ao qual participei na condição de acadêmica do curso de Pós-Graduação em Educação, proporcionou-me no mínimo um movimento de – despertar/pertencimento/alteridade/comprometimento - sendo assim, fica a seguinte pergunta como reflexão: qual é o grau de comprometimento que queremos ter com os processos educacionais e mais ainda, qual a formação que queremos nos cursos de Pós-Graduação em Educação?

## **BIBLIOGRAFIA**

ANTUNES, Ricardo. **Os novos proletários do mundo na virada do século. Revista Marxismo Vivo.** São Paulo: Koorkom, junho/setembro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Globalização e Crise do Emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional.** , 1999.

\_\_\_\_\_. **Os Delírios da Razão: Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional.** In: GENTILI, Pablo. **A Pedagogia da Exclusão.** Petrópolis: Vozes, 1997.

LIMA, Kátia R de SOUZA & MARTINS, André Silva. **Pressupostos, princípios e estratégias.** In: NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade.** SP: Xamã, 2006.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I.** São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MÉSZAROS, István. **A Crise Estrutural do Capital.** Revista Outubro, nº. 04, 2004.

OLIVEIRA, Ramon. **Empregabilidade (Verbete).** In: Escola Politécnica de Saúde. Joaquim Venâncio (Org.) **Dicionário da Educação Profissional em Saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV, 2006.

---

POCHMANN, Marco. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAMOS, Marise. **A Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

---